

A construção da memória da ditadura civil-militar e a literatura de testemunho: aproximações e distanciamentos

VALESCA DE SOUZA ALMEIDA*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar quatro livros escritos por integrantes da luta armada durante a ditadura civil-militar brasileira. São eles: *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, publicado em 1979; *Tirando o Capuz*, de Álvaro Caldas e *Barão de Mesquita 425: a fábrica do medo*, de Alcir Henrique da Costa, ambos publicados em 1981 e *Em busca do Tesouro*, de Alex Polari, de 1982. Partimos do entendimento de que tais livros são registros de memória, ou ainda, testemunhos do período, mesmo que um deles (*Barão de Mesquita, 425*) seja declaradamente uma ficção. O que se quer é verificar em que medida estas memórias se circunscrevem ou negam a memória coletiva predominante produzida sobre a ditadura, bem como tais enquadramentos de memória foram produzidos.

Palavras-chave: Memória coletiva; Ditadura civil-militar brasileira; Luta Armada.

Abstract

This paper aims to analyze four books written by members of the armed struggle during the civil-military dictatorship in Brazil. They are: *O que é isso, companheiro?* by Fernando Gabeira, published in 1979, *Tirando o capuz* by Alvaro Caldas and *Barão de Mesquita 425: a fábrica do medo* by Alcir Henrique da Costa, both published in 1981 and *Em busca do tesouro*, Alex Polari, 1982. We understand that such books are registrations of memory or testimonies of the period, although one of them (*Barão de Mesquita, 425*) is a fiction. What we want is to check how these memories are conformed or no with the collective memory produced about the dictatorship, as well as ascertain how such memories were produced.

Key-words: Collective memory; Brazilian civil-military dictatorship; Armed groups.

O tema da ditadura civil-militar brasileira é, hoje em dia, recorrente. Às vésperas de se completarem 50 anos do golpe instaurador de um regime que, a princípio, nem seus próprios idealizadores sabiam que duraria mais de duas décadas, o período é objeto de estudos

* Mestranda em História Social UFF – Bolsista CAPES.

acadêmicos, inspira filmes e livros e rotineiramente está nas páginas dos jornais, sobretudo, depois que foram estabelecidas as comissões estaduais e nacional da verdade.

Esses elementos contribuem para a construção de testemunhos, de uma memória coletiva sobre este passado recente do país, bem como para a construção de sua história. Mas, em vez de serem pontos pacíficos, estes estão inscritos em uma rede de poder, são fruto de disputas e tensões. Desta forma, quase sempre, as memórias coletivas omitem alguns pontos, enfatizam outros, produzem esquecimentos e silêncios. O que resta sobre um período, sobretudo os traumáticos, são memórias seletivas, unilaterais, produtos de conflitos, mas que, para se estabelecerem, precisam produzir consensos.

No que se refere à construção das memórias, Maurice Halbwachs já suscitava na década de 1950 a ideia de que nossas lembranças são coletivas, ainda que se tratem de eventos ou objetos que só nós mesmos sentimos ou vimos, estando também limitadas no espaço e no tempo. A memória individual “não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. (HALBWACHS, 2006: 72).

Michael Pollack, em seu artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*, de 1989, mostrava, amparado nos escritos de Halbwachs, que existem pontos de referência que estruturam nossa memória e a inserem na coletividade, pontos estes que seriam responsáveis pelo enquadramento da memória. Além disso, ao dizer o que é comum a um grupo e o diferenciar de outros, a memória reforça o sentimento de pertencimento e a coesão social dos grupos e das instituições, sendo a memória nacional a forma mais bem acabada de memória coletiva. Apesar disso, existem memórias que são subterrâneas, permanecendo em quase silêncio e aflorando em momentos de crise.

Daí advém a ideia de memórias em disputa. No entanto, as relações entre memória oficial e subterrânea não remetem apenas à oposição entre Estado dominante e sociedade civil, elas existem entre grupos minoritários e uma sociedade englobante. Muitas vezes, existem memórias que não encontram uma escuta nesta sociedade e, por isso, essas lembranças proibidas, indizíveis, vergonhosas, são guardadas, silenciadas. Tais silenciamentos, às vezes, caminham para o esquecimento definitivo, mas, muitas vezes, encontram, de repente, um contexto em que podem, de alguma maneira, se expressar.

No que se refere ao testemunho, conceito que, junto ao de memória, é de fundamental importância para este artigo, podemos entendê-lo dentro do gênero da literatura de testemunho, institucionalizado na América Latina após a Revolução Cubana, possuindo um forte apelo político e revolucionário (SINHORI, 2011). No que diz respeito ao seu papel,

Márcio Seligmann-Silva mostra como os testemunhos possuem uma função pessoal, individual em relação a momentos traumáticos. Ao relatar os sofrimentos vividos, o testemunho serve como reparação do trauma para os sujeitos que os viveram que, enfim melhor entendidos com seu passado, fecham esta experiência para poder seguir em frente (SELIGMANN-SILVA, 2009: 6-7).

Além do caráter pessoal, os testemunhos têm seu papel na construção de uma memória que identifica um grupo, possuindo um papel aglutinador. Nos casos traumáticos, muitas vezes, a identificação está nas perseguições, nas mortes e na sobrevivência. Neste sentido, outro aspecto ligado ao testemunho é a possibilidade de fazer jus à memória dos mortos. Ou seja, dar voz àqueles que foram sufocados, testemunhar o que é intestemunhável. Construir uma história em oposição à história oficial.

Está claro, portanto, que a literatura de testemunho começa a ser pensada como um espaço de manifestação das minorias, servindo para reunir os fragmentos do passado. “Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos ‘vencidos’.” (SELIGMANN-SILVA, 2009: 3).

O testemunho atuaria, então, como dívida de memória com os que morreram e como denúncia. Elaborando um legado para as gerações futuras, o testemunho serve como uma memória do mal: “somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006: 57).

Pensando nestes termos, podemos fazer várias observações sobre as memórias que iremos analisar. A primeira delas é que considerá-las testemunhos, tal como as definições de Seligmann-Silva, significa dizer que, ao serem escritas, elas cumpriram um primeiro papel pessoal. O estudo do autor é sobre o testemunho da Shoah (Holocausto), mas nos é bastante útil para pensar no caso das esquerdas armadas no Brasil. Os autores dos testemunhos, ao narrarem o inenarrável, sua experiência com a dor, a tortura, a culpa comum entre aqueles que viram ou presenciaram a delação de alguma informação que levaria outros à tortura, estão tentando liquidar um passado traumático, ao mesmo tempo em que constroem uma memória específica de um grupo. “Na dialética da memória e do esquecimento, é preciso reter também que a prisão e a tortura obrigam o militante a fazer um intenso esforço de guardar segredos e não ‘abrir’ informações” (MARTINS FILHO, 2002: 178). Quando enfim se pode falar, ao denunciar as práticas criminosas do Estado, são responsáveis também por um movimento que construirá uma memória subterrânea. Memória esta que, se dependesse de uma história oficial, poderia ser apagada, já que seus objetos eram vistos pelos militares como

instrumentos inerentes à “guerra” e os documentos oficiais, geralmente, não dão conta de sua existência. Estes testemunhos têm seu papel, portanto, de denúncia e ao mesmo tempo de vingança e homenagem para aqueles que não ficaram para testemunhar.

Mas, ao mesmo tempo, devemos ter em mente que quando se fala da literatura de testemunho, não se pode querer depreender deles uma visão fidedigna do real. Aliás, tal visão é, com qualquer fonte ou sobre qualquer período, inapreensível. Além disso, estas memórias subterrâneas, também elas, têm suas divisões, possuem seus pontos estruturantes de seus próprios enquadramentos. E, após cumprirem seu papel de memórias subterrâneas, foram incorporadas à memória coletiva dominante. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, tais fragmentos foram enquadrados em tempos de redemocratização. Neste período, a nação que queria seguir adiante acabou vendo consolidada uma memória coletiva na qual a sociedade, de uma maneira geral, foi entendida como vítima e a luta das esquerdas armadas ou foi silenciada ou romantizada, designando os guerrilheiros como heróis ou resistentes democratas. (REIS FILHO, 2005)

Mas tal processo foi longo e conflituoso. Ao se produzirem e se estabelecerem primeiro como parte de memórias subterrâneas e depois ao serem vitoriosos no terreno da memória coletiva da sociedade, estes testemunhos passam a disputar, portanto, em um longo campo de batalhas, que se iniciou desde o final da década de 1970, em que atores sociais diversos passaram a buscar na sociedade o reconhecimento de suas memórias parciais sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. Surgem, portanto, diversos discursos de memória conflitantes sobre o período. Formas de lembrar e esquecer são defendidas de maneiras diferentes pelas esquerdas e direitas, principalmente em relação ao tema das prisões, da tortura e dos desaparecimentos políticos.

Em artigo que analisa as memórias de militantes e militares, João Roberto Martins Filho mostra o intercâmbio de versões e a oposição literária dos militares diante das publicações dos militantes das esquerdas. Em um balanço das obras, ele marca a publicação de Renato Tapajós, *Em Câmara Lenta*, como um marco, o primeiro livro de memórias escrito por militantes, em 1977. O livro seria proibido e seu autor preso, mas solto rapidamente por ordem da Auditoria Militar de São Paulo. O episódio revelaria características do contexto em que estava inserido: um momento de abertura política, porém lenta, gradual e segura.

Este livro seria o primeiro de uma série de publicações em que a denúncia da tortura aparece como o tema central, culminando em 1985 com o livro *Brasil Nunca Mais*, organizado pela Igreja Católica e publicado pela editora Vozes, denunciando a tortura enquanto um sistema e uma política estatal. João Roberto Martins Filho destaca que, em

resposta a estes livros, começaram a surgir publicações dos militares. Tais publicações negavam a existência da tortura e justificavam os “excessos” como um resultado “da lei física de que a cada ação corresponde uma reação, da lei biológica de que para cada veneno há um antídoto, ou da sabedoria popular de que quem semeia ventos colhe tempestades” (MARTINS FILHO, 2002: 187). As versões militares estariam, portanto, baseadas na ideia de que a subversão explica a tortura e de que esta se constituiu de um fenômeno excepcional e não sistemático e organizado e muito menos oficializado. Ou ainda, propõe-se que ambos os lados no conflito ultrapassaram certos limites. Tais explicações podem ser, inclusive, depreendidas dos depoimentos de generais, brigadeiros e do próprio ex-presidente Geisel. Além disso, os militares defenderiam a necessidade do silêncio. Em suas concepções, a anistia significava esquecimento do passado para que a nação pudesse se conciliar e seguir adiante. Desta forma, condenariam a mídia e os militantes das esquerdas por quererem perpetuar as denúncias e insistirem em publicações que relatavam suas experiências nas prisões, interrogações e julgamentos.

Vemos no posicionamento dos militares, em suas queixas, depoimentos e discursos que se trata de uma tentativa de deslegitimação dos militantes, que só foi possível e necessário diante da denúncia dos testemunhos daqueles que viveram a tortura. Ao publicarem suas memórias subterrâneas e encontrarem uma escuta na sociedade, os militantes impeliram os militares a falar e se defender. E a memória coletiva referendaria não os discursos de defesa, mas as, até então, memórias subterrâneas das esquerdas.

No que se refere a esta aceitação da memória coletiva em relação aos testemunhos, Denise Rollemberg defende em um artigo que as memórias oriundas de biografias e autobiografias da esquerda armada, na verdade, ocuparam espaço na memória coletiva e chegaram a embasar o argumento dos militares, no qual os vencidos no campo da batalha seriam vencedores no campo das disputas de memória, pois o esquecimento foi essencial na construção dessas memórias. Haveria uma diversidade e uma pluralidade de memórias relativas à experiência da luta armada que não foi incorporada à memória coletiva e sim apenas uma fração das mesmas. Assim, as memórias produzidas seriam responsáveis por um “lembrar que esquece”, ao destacar apenas as partes que seriam úteis a uma sociedade que incorporaria o papel dos leitores que não sabiam, “esta espécie de personagem constante da história que atravessa os tempos em diferentes partes do mundo assistindo a toda espécie de crime sem nada ver” (ROLLEMBERG, 2006: 83;91).

É preciso, portanto, compreender o contexto no qual estas biografias e autobiografias começaram a ser publicadas. Como vimos, a primeira delas é de 1977. As que analisaremos

mais detalhadamente neste trabalho são também dos anos finais da década de 1970 e os iniciais de 1980. Neste período, vivia-se um processo de abertura do regime.

Esta proposta, que passou a vigorar a partir do governo Geisel, não era de nenhum modo unânime, havendo resistência ao processo dentro das próprias Forças Armadas. Contudo, se inscrevia em um momento de crise e parecia ser para os arquitetos do regime a solução para um desfecho tranquilo e não através da via revolucionária. O próprio governo e seus assessores pensam, então, em projetar uma transição, que acontecesse, contudo, de maneira gradual e pelo alto.

Tomando como exemplo a ser seguido o caso da Espanha, no qual os militares conseguiram protagonizar uma saída pacífica do governo e tendo como um exemplo a ser evitado a Revolução dos Cravos portuguesa, os militares enfrentaram as oposições internas e externas em busca de uma transição que se faria muito lenta (DA SILVA, 2003).

Os principais efeitos desta proposta de abertura seriam sentidos ainda no final da década de 1970, entre eles, a aprovação da Lei da Anistia, a reformulação da Lei de Segurança Nacional e a extinção do bipartidarismo. Eram sinais de que o país parecia estar caminhando em direção à democracia, deixando para trás o autoritarismo. Neste cenário, o papel que cairia melhor à sociedade, agora unida em prol da construção de um futuro melhor, seria aquele no qual ela é inocente, ignorante dos abusos do regime. Quando Denise Rollemberg defende que as memórias das esquerdas são lembranças que esquecem, ela se refere à ideia de que tais memórias foram úteis a uma versão na qual a sociedade é isenta da culpa. As memórias subterrâneas, ao serem enquadradas na memória coletiva, servem como denúncia do horror e servem para explicar que a sociedade em geral não era responsável por aqueles atos, já que, na maioria dos casos, quem comete a tortura é alguém bem definido como um militar, um delegado, um integrante dos “porões da ditadura”.

Os militantes envolvidos na luta armada ganharam na construção da memória o papel de heróis resistentes e democratas. Neste cenário, a sociedade civil como um todo apareceria como aquela que assistia a tudo sem entender o que se passava ou sequer sabia do que acontecia nos porões da ditadura, quando estes jovens “sonhadores e utópicos” eram brutalmente torturados e dizimados.

É desta forma que no contexto de redemocratização construiu-se, sobretudo, de acordo com Daniel Aarão Reis, uma memória simplificada sobre a ditadura militar, ou ainda, polarizada. Nessa reconstrução, as esquerdas aparecem como vítimas e a ideia da resistência à ditadura, em defesa da democracia e contra o autoritarismo, ganhou ênfase. Para ele, apagou-se o caráter revolucionário das esquerdas e as colaborações existentes entre a sociedade civil e

o Estado autoritário, em prol de uma memória enquadrada em tempos de redemocratização, na qual o papel de resistentes democratas unia opostos e fazia com que a nação seguisse adiante, sem tocar em feridas profundas (REIS FILHO, 2005: 8).

A seguir, então, veremos, por meio das análises de quatro livros escritos por integrantes da luta armada, em que medida existem neles passagens que se tornaram subsídios para este enquadramento da memória coletiva e em que medida eles apresentam pontos que foram esquecidos ou não enfatizados pela mesma.

O que é isso, companheiro? Fernando Gabeira

O livro de Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?* foi editado pela primeira vez em 1979 pela editora da Coleção Edições do Pasquim (a Codecri), tendo dezenove edições até 1980. Foi relançado em 1997 por ocasião do filme homônimo lançado por Bruno Barreto que faz uma adaptação do livro. Pode-se afirmar que este livro foi o que obteve mais sucesso de público dentre os livros do mesmo gênero, sendo, inclusive considerado por João Roberto Martins Filho como um dos “maiores fenômenos editoriais brasileiros” (MARTINS FILHO, 2002: 183).

Fernando Gabeira conta neste livro a sua trajetória de jornalista indignado com o regime autoritário, observando as passeatas pela janela do prédio do jornal em que trabalhava, o Jornal do Brasil, até o seu envolvimento com a luta armada, ocasião em que irá compor o quadro do MR-8 e participará da projeção e execução da captura do embaixador estadunidense em 1969, bem como sua posterior prisão e exílio.

Uma das epígrafes do livro é de Guimarães Rosa e possui a frase “narrar é resistir”, simbolizando a função que se fazia necessária em finais da década de 1970 de relatar as experiências limites sofridas pelos guerrilheiros ou, ainda, da necessidade de, uma vez derrotada no campo das lutas, continuar essa luta pelos meios existentes, através das publicações das experiências.

Tirando o Capuz. Álvaro Caldas

Álvaro Caldas é um jornalista que mantinha ligação com a ala estudantil do PCB na década de 1960 e que se envolve com a luta armada ao haver o “racha” do partido que resultará na fundação do PCB/R, do qual fará parte. Ele acaba sendo preso em 1970, quando cumpre pena e é libertado. A partir daí, resolve abandonar a guerrilha e se dedicar ao seu trabalho no *Jornal dos Sports*. Contudo, em 1973, é sequestrado em sua casa e levado para o DOI-CODI. Surge contra ele a denúncia de ter feito uma misteriosa viagem. E os

interrogadores que o recebem, nesta prisão que se torna clandestina, o fazem com tortura e desrespeito – o que, para o autor, se revelam ações ainda mais ilógicas do que da ocasião de sua primeira prisão, já que antes estava militando e organizado, ao contrário do que ocorria na segunda vez. Enquanto isso, sua família aciona advogados e procura por ele, mas mesmo tendo visitado o lugar em que ele se encontrava, não consegue saber oficialmente o seu paradeiro. O mal entendido é, enfim, descoberto quando ele é levado para outro estado para ser reconhecido por uma pessoa que confirmaria a sua viagem. Diante da negativa, ele é posto em liberdade.

É a partir daí, então, que ele resolve contar as experiências do seu primeiro período de prisão e sua percepção da luta das esquerdas no país a partir do golpe civil-militar. Sua narrativa constitui o livro *Tirando o Capuz*, editado pela primeira vez pela Editora Codecri, em 1981.

Barão de Mesquita, 425. A fábrica do medo. Alcir Henrique da Costa

Barão de Mesquita, 425 - A fábrica do medo foi publicado em 1981 pela editora Brasil Debates. A obra é uma ficção, ou ainda, nas palavras do apresentador do livro Ferreira Gullar, é uma exposição romanceada de acontecimentos reais. Podemos ter clara certeza disso ao compararmos as passagens desta ficção com os demais livros que são considerados livros de memória, que se referem ao real. Existem muitos nomes de soldados, oficiais e presos que se repetem nesta obra e nas outras, bem como coincidência na narração de episódios e na percepção dos personagens nos espaços das distintas prisões (por exemplo, a diferença no ambiente entre o DOPS e o DOI-CODI). Trata-se, portanto, de um romance inspirado na própria vivência do autor, que relata os dramas vividos pela esquerda armada e suas experiências na clandestinidade e na prisão.

Em busca do Tesouro. Alex Polari

Dos quatro livros aqui apresentados, *Em busca do Tesouro* é o mais amplo. Publicado em 1982 pela editora Codecri, nesta obra o autor apresenta sua experiência na luta armada, mas o faz intercalando com as memórias de sua juventude, período em que começa a se interessar por questões políticas, remetendo até a questões de sua infância e com “flashes” do presente, período em que escrevia o livro, quando já está com seus filhos e sua companheira em uma colônia de pescadores. Assim, Polari explora aspectos inerentes a qualquer juventude, sendo o mais destacado o caráter da descoberta da sexualidade, e mais abertamente suas preocupações políticas com seu próprio presente e o futuro. Narra, portanto, a perda de

sua virgindade no passado, o nascimento de sua filha no presente, bem como sua entrada para a luta armada.

No início do livro, uma frase marca a narrativa: “fala, guerrilheiro, filho da puta”. E ele justifica a necessidade de escrever seu relato, pois, passou dez anos pensando nessa frase; ouviu a mesma cem, quinhentas, mil vezes. “E agora resolvi falar, mesmo que não seja exatamente o que eles julgam necessário” (POLARI, 1982).

Coincidências narrativas

Os quatro livros mencionados possuem distinções, mas também muitas coincidências narrativas, que serão listadas a seguir, começando pela mais marcante dentre elas que é a questão da tortura.

A tortura

Nas quatro narrativas, fica claro o papel dos testemunhos em denunciar a tortura. Em todos os livros existem passagens que narram detalhadamente a experiência do pau de arara, dos choques elétricos, dos socos, chutes, pontapés. Esse relato faz parte da necessidade de denunciar que a tortura existia, era uma política de Estado e que muitos dos comandantes e generais sabiam de sua existência.

Em uma passagem de *Em busca do tesouro*, por exemplo, Alex Polari conta como foi recepcionado no CISA:

Toda a equipe de plantão estava na porta para me saudar. Um enorme corredor polonês. Mal descí do carro, fui passando de mão em mão sem que meus pés praticamente tocassem o chão. Telefones, porradas secas, tapas, beliscões... Valia tudo. Quando cheguei ao outro extremo do “corredor” eu estava sem roupa e tonto. (POLARI, 1982: 117)

Em *Barão de Mesquita*, 425, Alcir Henrique mostra em um trecho que, quando um dos personagens chega ao CODI, é levado à sala de tortura onde é espancado por quinze minutos. Lá, há um gravador que oscila a execução de músicas com mensagens dizendo que ele deveria falar tudo e também uma máquina responsável pelas descargas elétricas, um telefone de campainha adaptado, que tornaria os choques constantes.

Álvaro Caldas comenta, em *Tirando o Capuz*, que havia períodos em que as salas de tortura ficavam lotadas e se improvisava uma tortura nos corredores, na antessala. Ele descreve ainda torturas que sofreu com o pau de arara, com choques e sendo obrigado a sentar nu em um cassete (CALDAS, 1981: 42).

Em *O que é isso, companheiro?*, Fernando Gabeira argumenta que fala da tortura como um artista e diz que seu sofrimento, perto do que viu e sentiu foi insignificante. Tendo sido preso com um tiro de fuzil, ele é levado para o hospital do exército, onde são feitos os interrogatórios. Menciona a existência da sala roxa da PE, que outros chamariam de boate, ou da sala com a luz azul, onde dez homens gritavam ao mesmo tempo, penduravam no pau de arara, enforcavam e afogavam. E conta ainda da tortura do Cabo Mariani, feita em Juiz de Fora, onde o penduraram não no pau de arara, mas no teto, de cabeça pra baixo. Na sequência, pisaram em seus testículos e quase o mataram, de modo que quando Gabeira o encontra na prisão, ele ainda mancava (GABEIRA, 1979: 155).

Estas torturas que aconteciam logo que o sequestrado chegava aos quartéis ou delegacias tinham como objetivo fazê-lo falar: delatar companheiros, entregar “pontos” e “aparelhos” – locais de encontro e esconderijos, respectivamente. Enquanto os torturadores usavam dos mais perversos métodos para conseguir alguma informação, os torturados resistiam ao máximo em não “abrir”, não dar nenhuma informação que comprometesse alguém ou a organização da qual faziam parte. Diante das bárbaras técnicas de tortura, contudo, nem sempre era possível não falar nada e este era um dos assuntos que mais preocupava os integrantes da guerrilha, tanto antes quanto depois de presos. Em suas obras, os autores contam que era uma pauta constante das discussões a necessidade de resistir à tortura, de não falar.

Mas até onde uma pessoa pode resistir? Era preciso ter uma escala, um critério que estabelecesse o que poderia ser dito e o que deveria ser suportado a ferro e fogo. O difícil era raciocinar ali, naquele momento, ouvindo gritos, vendo a expressão de dor e medo no rosto dos que estavam voltando, se até mesmo o instinto da preservação ficava abalado. (CALDAS, 1981: 57).

Da mesma forma, em “Barão de Mesquita”, um dos personagens fala:

Tem gente que pensa que isso aqui é moleza, não entende que o problema do bom e do mau comportamento é muito relativo aqui dentro. É preciso estar lá fora pra pensar assim, é preciso passar pela tortura pra conhecer o limite psicológico de cada um. (COSTA, 1981: 59).

Contudo, mesmo assim, os que “abriam” eram, geralmente, mal vistos, julgados. Álvaro Caldas conta em *Tirando o Capuz*, inclusive, que alguns nomes deixaram de figurar nas listas dos embaixadores porque se supunha que haviam falado demais perante a tortura. Na obra de Alcir Henrique da Costa, há um personagem, o Moisés, que é fraco psicologicamente, acaba entregando tudo rapidamente e sendo responsável pela prisão de dezesseis pessoas. Quando o próprio personagem faz uma análise sobre isso, a justificativa seria que ele já não via muito sentido na luta empreendida, aliás, ele sequer queria entrar, foi

convencido por um amigo. Assim, deixa-se passar uma ideia de que estar empenhado, acreditar mais ou menos na revolução, implicava suportar ou não a tortura.

Por outro lado, aqueles que conseguiam resistir, eram vistos como os verdadeiros revolucionários, como Mário Alves que, diante da tortura, confirmou apenas seu nome e sua função no partido, sendo seco e demonstrando superioridade e altivez.

É por isso que a maior preocupação no momento inicial da tortura era suportar ao máximo; e o grande inimigo, portanto, era o tempo. Pois, uma vez tendo esperado, vários companheiros poderiam ser salvos. Assim, todos eles narram: “só tinha realmente uma preocupação: o tempo. Não podia deixar de manter controle absoluto sobre ele. Mesmo sabendo que cada minuto pareceria agora incrivelmente mais longo” (POLARI, 1982: 89); “Mas até amanhã faltam muitas horas, muitíssimos minutos. E suas mãos estão roxas e geladas. Se cada minuto lhe parece o pior de sua vida, como aguentar até amanhã? E as horas não passam e os minutos se arrastam. Lentamente” (COSTA, 1981: 45); “Minha preocupação, minha terrível preocupação era segurar os pontos e a casa onde estava a Suely. E eu precisava ganhar tempo, necessitava de um relógio na parede para ver as horas” (CALDAS, 1981:63); “A tortura só é perfeita se o tempo não passa. O tempo é a sua morte” (GABEIRA, 1979: 155).

Diante da necessidade de ganhar tempo, muitos inventam “pontos frios”, atitude que era muito arriscada e suscitava ainda mais torturas quando se descobria que foi inventada uma mentira. Dentre as técnicas da tortura, usavam uma droga, conhecida como o “soro da verdade”, fazendo o torturado falar sob o efeito alucinógeno. Muitos comentam também que, mesmo inventando um ponto frio, parece que alguma relação com a realidade deveria haver, o que fazia com que revelassem um local verdadeiro, com um horário errado ou vice-versa. Nestes casos, às vezes, alguém caía por acaso. Razão pela qual aquele que inventou a “semi-mentira” se sentia muito mal. Os torturadores poderiam ainda fazer com que um torturado desse choques em outro, querendo com isto, além de humilhar, fazer com que muitos experimentassem a experiência do torturador, quebrando as diferenças que poderiam existir (GABEIRA, 1979: 174).

Outro tema recorrente relacionado à tortura, portanto, diz respeito à relação entre torturado e torturador, se estendendo à relação entre os presos e os oficiais, soldados e policiais. Em todos os livros, estas relações são plurais.

Primeiro porque era recorrente a imagem de pelo menos três tipos de torturador. Um que é sádico e gosta do trabalho que faz, outro que faz com pesar porque é sua obrigação e um último que representa a figura do “bonzinho”, do conciliador, que não tortura, apenas

conversa nos intervalos das torturas praticadas por outros e está proposto a uma negociação em que o trunfo dele e o prêmio dos torturados era a cessação da dor. No livro *Em busca do tesouro*, há, por exemplo, a figura do Dr. Pedro Paulo, que se queixa da dureza do seu serviço, dos horários, das madrugadas de plantão que faz com que ele se afaste de sua família. Para Alex Polari, ele, na verdade, “se encantava com todas aquelas privações que no fundo só provavam seu elevado patriotismo” (POLARI, 1982: 231).

Em *Barão de Mesquita*, há a figura do Timóteo, um “mulato alto, de tronco largo” que gostava de seu serviço: estourar aparelhos: “Sentia-se orgulhoso de ter sido um dos requisitados pelo DOPS para os serviços especiais na PE e procurava desenvolver sempre mais suas qualidades de um bom policial”. No mesmo livro, o “bonzinho” é o Jacarandá, que quer conversar, que diz compreender e acreditar nos militantes, mas não nos seus chefes. (COSTA: 1981: 37).

Analisando a relação com os torturadores, Álvaro Caldas reconhece que a mesma é de competitividade e que o torturador sairia em desvantagem, pois não foi até a rua, não se arriscou para prender o torturado e, por isso, teria que se mostrar mais forte. Daí a necessidade de agredir, humilhar, inclusive sexualmente. (CALDAS, 1981: 57).

A experiência da solidariedade na prisão

Mesmo sendo o alvo principal de todas as obras a denúncia da tortura, outra coincidência narrativa é o sentimento de solidariedade desenvolvido pelos presos. Concebido por todos como um prêmio, quando se sai da cela solitária ou dos espaços mais próximos à sala de tortura e se é transferido para uma cela em que convivem vários presos, todos os autores se referem ao episódio como alguma felicidade possível dentro deste espaço traumático. Assim, em *Tirando o capuz*, Álvaro Caldas conta que durante a noite, as celas se revelavam um importante espaço de sociabilidade, já que as luzes não se apagavam e o movimento dos militares diminuía. Eles programavam estudos coletivos e aprofundavam os laços de amizade: “As amizades feitas no cárcere costumam ser duradouras; o sofrimento, as alegrias de uma resistência compartilhada cotidianamente não se apagam na memória”. (CALDAS, 1981: 78-79).

Em *Barão de Mesquita*, é recorrente a imagem de se poder conversar, contar piada, cantar, discutir política, jogar xadrez na “cela de cima”. Além disso, a solidariedade entre os presos é marcada pela divisão igualitária de tudo o que eles possuem: “Chegara para um deles um presente da família: uma linda e gostosa torta com morangos e chantilly. Como toda

alimentação, doces e cigarros, também ela seria fraternalmente dividida. Um pedaço igual para cada preso era a lei consciente do presídio”. (COSTA, 1981: 79).

Fernando Gabeira, conta em *O que é isso, companheiro?* que ele estava na Ilha das Flores, ainda muito fragilizado de saúde com os efeitos do tiro de fuzil com que foi acertado no momento de sua captura. Vendo a sua condição, os presos se mobilizaram e todos batiam canecas, gritavam, de modo que no dia seguinte os militares disponibilizaram uma barca para levá-lo ao hospital da Marinha. Para ele “uma coisa ficava bem clara: os presos tinham passado por dolorosos processos de tortura e humilhação, mas estavam organizados e unidos para tudo o que viesse. Era um coletivo impressionante”. (GABEIRA, 1979: 168).

A reflexão sobre os caminhos e os erros das esquerdas

Em todos os livros, além da primeira função do testemunho, a função pessoal, é possível também perceber a construção da memória do grupo, uma vez em que é exposto o cotidiano das esquerdas armadas, bem como é feita uma análise dos seus erros, em uma tentativa de compreender sua derrota. Um dos primeiros pontos responsáveis por esta derrota é demonstrado como a ruptura, as múltiplas cisões das organizações e partidos. Os militantes não teriam sabido lidar com pontos de vista diferentes: “toda divergência importava em exclusão, jamais na aceitação e convivência com ideias contrárias”. (CALDAS, 1981: 162).

Outro aspecto seria o profundo militarismo, dogmatismo, uma visão muito rígida e a burocratização destes grupos, o que acabava trazendo infelicidade para os sujeitos que se envolviam com eles:

A nossa época fez da cara dura, do semblante sério, do corpo contraído, valores ideológicos, emblemas de combatividade; com isso apenas escondíamos a nossa infelicidade, fruto de uma prática social que não trazia prazer nem para aqueles que seriam os presumíveis destinatários dessa prática, nem para nós mesmos, seus executores onipotentes. (POLARI, 1982: 159).

Faltaria a estas organizações um investimento no aspecto cultural, já que elas perdiam muito tempo debruçadas sobre as ações militares: “morre a poesia e aumenta a disciplina, a preocupação com a segurança, começa a se esticar a teia da burocracia”. (CALDAS, 1981: 106). Neste sentido, proliferam as críticas aos companheiros e as autocríticas. Alex Polari conta, por exemplo, que em uma viagem que fizeram para um treinamento paramilitar, foi necessária até a autocrítica de um companheiro que teria lavado mal a louça. Na impossibilidade de dizimar os seus adversários, na leitura destes militantes, a esquerda passou a liquidar a si própria. Qualquer um que abandonasse a abnegação e a coragem pessoal necessária tornava-se passível de ser tratado de forma pior que o inimigo.

Ao transformar-se numa missão predestinada, que exigia sacrifícios e privações, a atividade política tendia a castrar os indivíduos. Teimosamente, esforçava-se para separar o político da vida, a vida da política. O sujeito político não podia aspirar à felicidade, ter filhos, possuir uma relação afetiva normal porque tudo isso poderia interferir em sua prática, significavam demonstrações de fraqueza, de vacilação ideológica. (POLARI, 1982: 190).

As queixas de que os grupos, portanto, teriam exagerado o tom e esquecido de valorizar o indivíduo são múltiplas. Não bastasse isso, os militantes identificam como um erro grave uma leitura míope da realidade que estavam fazendo. Eles se queixam de que todas as análises da conjuntura internacional anunciavam que o capitalismo estaria perto de seu fim, que nenhuma dizia que em algum lugar do mundo ele poderia estar sendo vitorioso. Deste modo, as suas chances de sucesso, no mesmo momento em que os grupos eram cada vez mais perseguidos e destruídos, se mostravam maiores, em uma ilusão de poder.

Em *Barão de Mesquita*, um dos personagens fala: “- Sei lá, rapaz. Acho que vocês todos são muito teóricos demais: botam um esquema na cabeça, fecham os olhos ao que está acontecendo no país e começam a fabricar documentos sempre com o mesmo jeitão”. (COSTA, 1981: 15). Em *O que é isso, companheiro?*, Fernando Gabeira se queixa de que recebia informes que diziam apenas que a realidade mais uma vez comprovou que as suas análises estavam certas. “Nunca recebi um informe que me dissesse: o capitalismo está avançando em muitos pontos; a realidade mais uma vez comprovou que estávamos errados; e que não terminasse com as massas triunfantes assaltando aos céus – a tomada do poder”. (GABEIRA, 1979: 102).

Diante desta análise equivocada, os militantes denunciam também aquilo que seria o seu despreparo. Fernando Gabeira exagera neste ponto, afirmando que o preparo teórico deles era muito pequeno, que eles sequer teriam lido *O Capital*, que nenhum dentre eles conhecia profundamente a experiência revolucionária de outros lugares e que seus treinamentos redundavam em praticar tiros regularmente com um revólver 22 em alvos imóveis de uma distância próxima. Nesta leitura, se a preparação teórica era inexistente, a preparação prática era um “feijão-com arroz”. (GABEIRA, 1979: 87;137).

Em outros momentos, os autores analisam a entrada para a luta armada como uma coisa chata, um arrependimento em suas vidas. Alex Polari, por exemplo, confessa ter pensado se Lenin, Marx ou Trotski inventavam outras tarefas e compromissos políticos “para fugir de alguma reunião chata a fim de ir para cama com alguém”. E, diante das bárbaras torturas sofridas, ele afirma ter ódio de si próprio, ódio por ter sonhado com a Revolução, de ter sido militante de uma organização, guerrilheiro: “Se oferecessem a mim naquele momento desistir de tudo pelo preço da minha vida eu aceitaria”. (POLARI, 1982: 98-99)

Gabeira, ao falar de Dominginho, um menino que entrou para a organização antes de ter sua primeira namorada, passa a ideia que ele está lá porque não conheceu outros prazeres na vida:

Se ele, de repente, entrasse num jeans mais apertado, fosse ao Bob's com sua garota, curtisse uma praia, talvez desaparecesse o revolucionário de tempo integral. Mas sua extraordinária inteligência e sensibilidade floresceriam muito mais harmonicamente. Quem sabe? (GABEIRA, 1979: 86).

Ele marca ainda a ideia de que as esquerdas queriam dar passos maiores que as próprias pernas e mostra seu enfado quando já no avião que o levaria para a liberdade, o seu companheiro de poltrona continua a falar de suas experiências com as ações armadas: “Sucediam-se choques com a polícia, bombas explodindo, coberturas detendo os camburões com tiros certos, guardas sendo desarmados espetacularmente. Meu Deus, pensava. Quando é que vai acabar essa revolução pra descansar um pouco” (GABEIRA, 1979: 190).

Ou seja, além de mostrar a entrada para a luta como aleatória, como falta de opção ou de conhecimento dos prazeres da vida, o autor mostra também que, diante da derrota, não quer nem mais ouvir sobre ela e chega a, inclusive, negar a própria luta. Isso nos mostra, no entanto, como esta tomada de consciência só pode ser feita *a posteriori*, depois que se sabe da derrota. No momento em que lutavam, as pessoas envolvidas não imaginavam a revolução sem razão de ser. Esta análise é enquadrada na memória em um contexto no qual já se sabe da derrota e se avalia, portanto, esta resistência como inútil. Além disso, adiante ele coloca que, mesmo se resistissem, de nada adiantaria, pois a sociedade no seu conjunto não estava convencida da importância de resistir.

O que se pode depreender de todas estas passagens que buscam desvendar os erros da esquerda e fazer uma autocrítica é que elas são úteis a um enquadramento da memória coletiva feito em um período de redemocratização. Apesar da sua importância para aqueles sobreviventes entenderem seu passado recente, mostrar as esquerdas armadas cometendo erros crassos, desorganizadas, despreparadas, contribuía para inocentar a sociedade por não ter se engajado na luta para derrubar a ditadura.

Se, na memória, construía-se a visão de que a guerrilha era a única forma de oposição que ainda poderia se estabelecer, identificá-la com uma fragilidade, uma falta de teoria, com um despreparo tático, com um militarismo e uma burocratização extremos e com uma violência e um julgamento que as aproximava em seus métodos dos da repressão, servia para confortar, para dizer à sociedade porque ela não se envolveu, não se opôs, não ousou vestir o papel de herói. Estas passagens servem para enquadrar uma ideia de herói da utopia, de herói sem bases, de herói ingênuo, míope. À sociedade, portanto, não poderiam ser atribuídas críticas por não ter sido inocente a ponto de querer se envolver com movimentos tão frágeis e

incapazes de verdadeiramente causar a queda dos militares. A sociedade não poderia ter sido culpada por não querer se entregar a esta “infelicidade” descrita por aqueles que a viveram.

Deste modo, portanto, esta análise contribui para colocar a sociedade como apartada das esquerdas, mostrar que elas não se envolveram, mas que isto, quem sabe, na verdade, era a “melhor atitude a ser tomada”, uma vez que os que se perderam por este caminho mostram tantos arrependimentos e erros de conduta.

A relação entre esquerdas e sociedades

A fragilidade da relação entre as esquerdas e a sociedade é, portanto, outra coincidência narrativa nas quatro obras. A grande maioria das passagens que se relacionam ao assunto mostra uma sociedade que não conhece nem compreende as atitudes da luta armada, mas tampouco se aproxima dos militares.

Isto porque as próprias esquerdas estariam se distanciando das massas, numa atitude vanguardista interessada em primeiro preparar a guerrilha, para depois recorrer ao povo e também porque a autocensura e a censura dos meios de comunicação não deixariam a sociedade ter conhecimento do que acontecia em seu país.

Neste sentido, Álvaro Caldas diz que a esquerda armada construiu uma solidariedade fechada, de guerreiros solitários que não admitiam forasteiros. Esta solidariedade se transformava em solidão, na medida em que era maior o distanciamento das massas (CALDAS, 1981: 186-187). E Fernando Gabeira sustenta que a luta contra o governo poderia ser feita independente do povo, por alguns grupos armados, dotados de técnica e ousadia. “Tudo se passava como se houvessem especialistas em luta contra o Governo, especialistas que iam cuidar de tudo e, num determinado momento, quando não se sentissem mais ameaçados, chamariam o povo para participar daquelas lutas” (GABEIRA, 1979: 45).

Além disso, os jovens, que num primeiro momento ainda se envolviam no movimento estudantil e poderiam ser aliados, estavam escolhendo outros caminhos, como o da droga, do movimento *hippie* ou da adoção de um padrão de vida burguês: “Iam se iniciar as primeiras levadas de defecção. As drogas que começavam a proliferar na época contribuiram para que os caminhos fossem polarizando” (POLARI, 1982: 121).

Quanto à ideia de que as pessoas continuavam vivendo suas vidas particulares, vivendo seu cotidiano sem se abalar com os acontecimentos políticos, também existem vários comentários. Dentre eles, no livro *Barão de Mesquita*, um guerrilheiro que está escondido, vivendo uma vida clandestina, repara no “movimento tranquilo das donas de casa tagarelas carregando bolsas e carrinhos de feira, que subiam e desciam pelo asfalto brilhante de

fevereiro calorento sem aparentar qualquer preocupação” e também em um porteiro que fazia um conserto e “não parecia estar preocupado com nada além do estrado da cama” (COSTA, 1981:32-33).

Álvaro Caldas, em um trecho no qual ele conta que era carnaval de 1968 e ele havia resolvido ir até o bairro suburbano de Quintino encontrar um amigo, diz que ficou pensando na diferença de mundos ali colocada:

aquele povo pulando carnaval, inteiramente despreocupado, bebendo cerveja, enchendo a cara, e bem próximo dali gente sendo torturada na Polícia do Exército – e nós vivendo um momento de folga da nossa guerra silenciosa com a repressão. Ninguém ali sabia de nada. (CALDAS, 1981: 61)

O povo, portanto, estava, quando muito, de espectador, quando presenciava casas sendo invadidas, tiroteios nas calçadas, guerrilheiros sendo mortos na rua, não entendia o que era aquilo e, muitas vezes, apenas acreditava na propaganda que convencia se tratar de perigosos terroristas.

Em *O que é isso, companheiro?*, Gabeira defende que “a massa preferiu abertamente o futebol”, estava colada no seu radinho de pilha, ouvindo os gritos do locutor ou presa à televisão assistindo uma partida decisiva e que não parecia nem mesmo tocada pelo AI-5:

A vida corria seu curso normal. Olhávamos a vida da janela de meu Volkswagen, entre uma e outra distribuição do Resistência. Copacabana engarrafada com as compras, centenas de pessoas desfilando pelas calçadas. Algumas até que bonitas; algumas até que olhando para o interior daquele carro em pedaços. Pareciam dois enredos paralelos. Nós ali. Engarrafados com uma partida de um jornal clandestino, gente fugindo de casa, limpando suas estantes de livros suspeitos; e, nas ruas, as compras, a permanente trama sentimental, presentinhos daqui, presentinhos de lá, onde é que vou comprar o pernil, cuidado com os pivetes, fechar a bolsa. (GABEIRA, 1979: 65;94).

Ao mesmo tempo em que mostram esta disparidade entre a luta das esquerdas armadas e a continuidade da “normalidade” na sociedade, há também o argumento de que não era possível saber exatamente o que acontecia nas prisões. Inclusive, porque até os que tinham notícias da tortura não sabiam verdadeiramente como ela transcorria:

Ninguém poderia prever, com exatidão, o que estava se passando dentro das prisões brasileiras. Todos nós, em diferentes níveis, estávamos estupefatos. Por mais que nós enviássemos bilhetes da cadeia, por mais que colecionássemos histórias escabrosas, não conseguiríamos aprender aquele processo em sua complexidade, antes de vivê-lo na carne (GABEIRA, 1979: 171).

Álvaro Caldas também diz que se lembrava do assombro de seu pai quando o viu no DOPS com as marcas da tortura sofrida. “E sua reação foi mesmo de pasmo e assombro, porque as pessoas que, como ele, estavam de fora relutavam em acreditar na aplicação da tortura como um método institucionalizado de repressão” (CALDAS, 1981: 66).

Desta forma, são constituídos insumos de uma memória que aparta a sociedade da luta empreendida e, mais ainda, dos crimes cometidos pela ditadura.

As lembranças esquecidas

Vimos até aqui coincidências narrativas que serviram ao enquadramento de uma memória coletiva construída a partir de finais da década de 1970. Neste sentido, a abordagem dos erros das esquerdas e a apresentação de uma sociedade apática ou desconectada da vida política foram úteis a uma memória que inocenta as pessoas que continuaram suas vidas e não se opuseram ao regime ditatorial, ao mesmo tempo em que torna pueril o combate das esquerdas. Contudo, embora haja de fato passagens nos livros que sustentem tal interpretação reduzida, exagerada e equivocada, há também passagens que permitiriam outras visões e interpretações sobre os mesmos aspectos. Todavia, estas passagens não foram destacadas, nem valorizadas, não foram utilizadas nos enquadramentos da memória.

Dentre elas, podemos citar a figura que abre e encerra o livro *Barão de Mesquita, 425*: é a figura do Miquimba. Trata-se de um cabo que foi preso, pois falsificou uma carteira de paraquedista para ter mais sucesso com as mulheres. Na prisão, ele é levado para a cela dos presos políticos, que ele acredita cegamente serem terroristas e, por isso, evita inclusive qualquer tipo de contato. Miquimba é encantado com as forças armadas, também duvida da existência da tortura, acha que é invenção destes bandidos perigosos e, se existisse, seria coisa da polícia e não de militares. Contudo, ao longo de quinze dias convivendo com os presos políticos, o rapaz não só começa a desfazer suas primeiras impressões, ao se indignar com a solidariedade dos presos não só entre eles, mas também com os comuns, como também escuta e vê as pessoas sendo torturadas e subindo completamente destruídas para as celas. Miquimba sai da prisão e irá começar a fazer trabalhos de conscientização no subúrbio, abandonando o exército. Vemos através deste exemplo que, ainda que a sociedade, de uma forma geral, não saiba ou não acredite na tortura, existia a possibilidade, ainda que remota, de conhecê-la e de se envolver também pela causa pública. Portanto, se existem passagens nos livros que referendam uma leitura que inocenta a sociedade, também é possível captar trechos que poderiam servir para responsabilizá-la, por não ter aproveitado as oportunidades para descobrir, para se envolver, por não ter visto, por não querer ver.

Da mesma forma, aparece a figura da Nelly, uma bancária que preparava assembleias nos sindicatos e que tinha admiração e contato com a luta armada, mostrando também a possibilidade de existir relação e apoio entre a sociedade e as esquerdas guerrilheiras.

Em outro momento, o autor narra ainda o episódio de um ponto frio no qual o torturado inventa um encontro em frente ao Hospital Miguel Couto. Chegando lá, o preso se posiciona como quem estaria esperando uma pessoa e ao redor dele inúmeros policiais, armados, de todos os lados também se postam. De dentro do hospital, os pacientes olhando para aquela cena, começam a gritar para que ele fuja. O personagem, então, comenta: “Foi engraçado pra burro nessa hora: os doentes, por fora do que se passava, começaram a gritar pra eu fugir”. E mais adiante: “agora você vê como a polícia é odiada: ninguém no hospital sabia quem eu era nem o que eu tinha feito, mas quando me viram cercado não vacilaram em me ajudar. Troço bacana, não é?” (COSTA, 1981: 104-105).

Se por um lado, podemos ver a possibilidade da parceria entre a sociedade e as esquerdas e uma repulsa aos policiais, por outro lado, também existem passagens que mostram a colaboração da sociedade com os militares ou medo do envolvimento de seus filhos com os guerrilheiros.

Neste sentido, uma personagem do livro *Barão de Mesquita* “caiu” porque o síndico do prédio a denunciou, por julgar estranho que ela ficasse o dia inteiro em casa, batendo à máquina. Da mesma forma, é retratada uma mulher que, preocupada com as atividades políticas de seu filho, conversa com um parente seu, oficial da reserva, e se convence a comunicar o fato ao Exército. A chefia do CODI havia dado a palavra que ele seria perdoado e nem seria preso. No entanto, o filho é sequestrado e sofre bárbaras torturas.

Nesta mesma linha, no livro *Em busca do tesouro*, a namorada de Alex Polari é internada num hospício pelos pais em virtude do seu envolvimento em uma organização de esquerda armada.

Vemos por estes exemplos que esses livros de memória são plurais. Trazem subsídios para que distintos aspectos se fortaleçam na memória coletiva. Assim como a sociedade aparece como vítima e inocente, aparece como colaboracionista ou como oposta às guerrilhas, no papel do síndico que delata, na mãe que entrega o filho aos militares, nos pais que querem internar a filha para que ela não participe da luta armada.

Contudo, em um momento de enquadramento de memórias num contexto de redemocratização em que impera o otimismo e a crença na construção de um futuro melhor, tais memórias acabaram, ao saírem da área de memórias subterrâneas, contribuindo com uma versão conciliadora, que une os opostos e perdoa. Neste sentido, foram reduzidas e sua pluralidade foi esquecida, imperando na memória apenas as reduções e as imagens que celebram estes heróis da utopia despreparados e isentam a sociedade, já que das vítimas nada deve ser cobrado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Os anos de chumbo: memória da guerrilha*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 333-353, dez. 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita, 425. A fábrica do medo*. Rio de Janeiro: Editora Brasil Debates, 1981.

CUNHA, Maria de Fátima. *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70*. Londrina: UEL, 1998.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Volume 4: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Resistencia a la Memória: los usos y abusos del olvido publico*. Trabalho apresentado na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória – A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, pp. 178-201, dez. 2002.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-215, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, pp. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol 23, n 45, 2010. P. 171-186.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; GASPARI, Elio *et all.*. *Versões e ficções: O seqüestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. 2ª. Edição.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 2ª. Edição.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In Martins Filho, João Roberto (org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Testemunho da Shoah e literatura*, Trabalho apresentado na X Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino da História do Holocausto, no Anfiteatro da FAU-USP. Data 17.10.2009

SINHORI, João. *Os pensadores da guerrilha urbana: memória, trauma e os testemunhos da catástrofe*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de História. 2011.